

RESOLUÇÃO Nº 04/2023

Dispõe sobre as condutas permitidas e vedadas aos candidatos(as) e respectivos(as) fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO o Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8069/90 e suas alterações;

CONSIDERANDO que a Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022, aponta a atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº 02, de 24 de março de 2023, que dispõe sobre o edital de abertura do processo eleitoral dos membros do conselho tutelar de Uchoa - quadriênio 2024/2028;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº 01, de 24 de março de 2023, que dispõe sobre composição da comissão eleitoral com o objetivo de planejar, coordenar e resolver, sobre o processo eleitoral para escolhas dos conselheiros tutelares.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das competências que lhes são conferidas na legislação em vigor em especial na Lei Municipal nº 3916, de 22 de maio de 2019.



RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída através desta Resolução, mas não limitada a esta, todas as regras em relação as condutas permitidas e vedadas durante a realização da campanha eleitoral dos membros do conselho tutelar de Uchoa - quadriênio 2024/2028.

Art. 2º A campanha dos candidatos(as) a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação homologação dos(as) candidatos(as) habilitados(as) no Processo de Escolha.

Parágrafo Único. A campanha será encerrada as 22h00min do dia 30 de setembro de 2023.

DA PROPAGANDA

Art. 3º Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus apoiadores.

Art. 4º A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos, em tamanho de 7cmx10cm, colorido ou preto e branco.

§1º No santinho deverá constar obrigatoriamente o número, nome e foto do candidato(a).

§2º O candidato poderá a seu critério apresentar seu curriculum vitae.

Art. 5º Considera-se condutas vedadas aos candidatos(as) homologados no Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2023 e aos seus prepostos:

- I. Oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- II. Perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- III. Fazer propaganda por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- IV. Caluniar, difamar ou injuriar outro candidato ou quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

- V. Fazer propaganda de qualquer natureza, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam e nos de uso comum, que for veiculada por meio de:
- Pichação;
 - Inscrição a tinta;
 - Fixação de placas;
 - Estandartes;
 - Faixas e assemelhados.
- VI. Colocar propaganda de qualquer natureza em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
- VII. Fazer propaganda mediante outdoors, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retirada da propaganda irregular.

Parágrafo Único. Para efeito do Inciso V deste Art. entende-se por uso comum locais como cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos.

Art. 6º Serão ainda consideradas condutas vedadas aos candidatos(as) e aos seus prepostos:

- Confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(à) eleitor(a);
- Realizar “showmício” e evento assemelhado para promoção de candidatos(as), bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
- Utilizar trios elétricos em campanha;
- Realizar comícios;
- Usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;

- VI. Efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita;
- VII. Contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.

Art. 7º A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

Art. 8º Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

Art. 9º Não é permitida a participação em debates e entrevistas veiculadas por qualquer meio de comunicação, seja rádio difusora, canais na internet ou canais de emissora de televisão.

Parágrafo Único. Excetua-se a transmissão ao vivo em rede social do próprio candidato, não sendo permitido a realização da transmissão em formato que caracteriza entrevista.

Art. 10 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

- I. Abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II. Doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;
- IV. Participação de candidatos, nos 45 (quarenta e cinco) dias que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

- V. Abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;
- VI. Abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;
- VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;
- VIII. distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;
- IX. Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa;
- X. Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;
- XI. abuso de propaganda na internet e em redes sociais.

Parágrafo Único. Para efeito do Inciso IX deste Art. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas.

Art. 11 A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

Art. 12 A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

- I. Em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
- II. Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;
- III. por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.

NO DIA DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 13 A partir das 22h00min do dia 30 de setembro de 2023, serão consideradas condutas vedadas aos candidatos(as) e aos seus prepostos:

- I. Usar alto-falantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreatas;
- II. Arregimentar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;
- III. Até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- IV. Fornecer aos eleitores transporte ou refeições;
- V. Doar, oferecer, prometer ou entregar ao(à) eleitor(a), com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);
- VI. Padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos(as) seus(suas) respectivos(as) fiscais;
- VII. Utilização de espaço na mídia;
- VIII. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- IX. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

DAS PENALIDADES

Art. 14 O desrespeito às regras apontadas nesta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE CONDUTAS VEDADAS

Art. 15 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a



suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

Art. 16 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 17 Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Especial Eleitoral contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

§1º As denúncias deverão ser devidamente fundamentadas e poderão ser formalizadas:

- a) **por escrito:** deverá ser dirigida a Comissão Especial Eleitoral do CMDCA e entregues na Secretaria de Assistência Social, sediada na Rua André Caparroz Garcia, 509-1 - Bairro São Miguel - Uchoa/SP, de segunda a sexta-feira, das 08h às 16h;
- b) **por e-mail:** deverá ser dirigida a Comissão Especial Eleitoral do CMDCA e enviado para o endereço eletrônico cmdca@uchoa.sp.gov.br;

§2º Cabe à Comissão Especial Eleitoral registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

Art. 18 No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(à) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação.

§1º A notificação será preferencialmente entregue pessoal ao (à) candidato(a).

§2º Na impossibilidade da entrega de forma pessoal, a notificação deverá ser expedida por publicação no diário oficial do Município.

Art. 19 O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Especial Eleitoral, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.



Art. 20 A Comissão Especial Eleitoral poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

- I. Arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;
- II. Determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa.

§1º No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a critério deste, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§2º Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§3º Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

Art. 21 Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente.

§3º No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no Art. 20, §§ 1º a 3º da presente Resolução.

Art. 22 Caso seja cassado o registro da candidatura, havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado será excluído da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único. Não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

Art. 23 O(A) representante do Ministério Público, tal qual determina a legislação deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Especial Eleitoral e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Art. 24 Os prazos previstos nos artigos desta Resolução seguirão a regra do art. 212 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 06 (seis) às 20 (vinte) horas.

DA PUBLICIDADE DESTA RESOLUÇÃO

Art. 25 Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 26 A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral fará reunião com eles sobre o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

- I. Antes do início da campanha, tão logo seja publicada a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) e considerados(as) homologados.
- II. Se houver necessidade, outra reunião poderá ser designada a qualquer tempo.



Parágrafo único. Em cada uma dessas reuniões, será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) candidatos(as) e integrantes da Comissão Especial Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura.

Art. 27 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Uchoa, 24 de julho de 2023

MARIA SILVIA BUENO CARDOSO
Presidente do CMDCA

